

# A HISTÓRIA COMO INSTRUÇÃO CIENTÍFICA

Tomislav R. Femenick<sup>1</sup>

## Resumo

*A maneira como o historiador descreve a história é, também, uma forma histórica, isto porque todos os modelos, teorias, princípios, leis e formulações metodológicas possuem em si mesmo um forte componente ideológico. Essa carga ideológica resulta da própria maneira de pensar dos historiadores, pois eles raciocinam de acordo com as suas respectivas formações acadêmicas, histórias pessoais, maneira de formular pensamento, raciocínios, lógicas etc., todas elas com forte presença de matizes ideológicas. Há, ainda, que se considerar o “estado da arte”, a história e a época em que ela foi escrita.*

**Palavras-chave:** *História; historiadores; metodologia da ciência da história.*

Dito de forma simplista, a história é nada mais nada menos do que a memória da humanidade, guardada em arquivos. Ela nos conta as origens, a evolução, o auge e decadência dos povos, o comportamento das pessoas ilustres e do povo, as estruturas e superestruturas sociais que determinam os acontecimentos e situações e a trajetória do homem ao longo do tempo, isto é a história como ciência.

A nossa palavra **história** deriva do vocábulo latino “historia” que, por sua vez, teve origem na expressão grega de mesma fonética “historía”, que significa “conhecimento por meio de uma indagação” ou “investigação” e que era derivada de “hístōr”: “sábio” ou “conhecedor”. Alguns pensadores da história tentaram definir esse ramo do conhecimento e cada um o fez a seu modo, com a sua visão particular. Para Johann Gottfried von Herder, é “o estudo do passado”. Marc Bloch a definiu como a ciência dos homens no transcurso do tempo. Lucien Febvre diz que é o processo de mudança contínua da sociedade humana. Para Benedetto Croce, a história adota elementos filosóficos em seu processo de conhecimento. Mas isso tudo é relativo, vez que só no século XIX foi que a história transformou-se em disciplina acadêmica regular, a princípio na Prússia e

---

<sup>1</sup> Palestra proferida no dia 19/02/2004 pelo prof. Tomislav R. Femenick, mestre em economia com extensão em sociologia e história pela PUC-SP, quando de sua posse como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

posteriormente em outras partes da Alemanha. A história como ciência só foi aceita universalmente no decorrer do século XX, quando começou a ser escrita por historiadores verdadeiramente profissionais.

O fato concreto é que a história, como objeto de relato, tem personagens que mudam de acordo com o ângulo que os observamos. Os mais comuns e mais visíveis são aqueles que fazem a história acontecer, são os personagens de que os livros estão repletos, homens e mulheres que, por vontade própria ou circunstâncias, influenciaram no destino de seus respectivos povos, ou mesmo no destino da humanidade. São os Sócrates, Platões, Aristóteles, Joanas D'arc, Napoleões, Tiradentes, D. Pedros Primeiros, Einsteins que pontilham os compêndios. Do outro lado estão os personagens-autores, aqueles que escrevem a história.

Aqui está o imbróglio, aqui começa a complicação. Como é possível os escritores da história serem personagens da própria história, principalmente se eles não participaram dos episódios narrados? Este o tema da nossa conversa de hoje e, para que melhor entendamos o assunto abordado, temos que historiar a história da história, ou melhor dizendo, temos que analisar a evolução e os vários processos de se relatar os atos e fatos da trajetória do ser humano, de uma nação, de um povo, de uma região, processos esses que não aconteceram de forma linear e sucessiva, mas que conviveram, convivem e se mesclam em quase todas as épocas.

O método mais primitivo e simples é aquele em que o autor, o historiador, não tem compromisso com a verdade ligada às pessoas, datas, atos e fatos, mas, sim, com o mito. Aí temos os exemplos clássicos das epopeias gregas, tais como a Ilíada e a Odisséia. As histórias religiosas estão repletas de mitologia, personagens e fatos fantásticos que se entrecruzam. Assim é que encontramos os cenários dos panteões dos deuses egípcios, gregos, romanos, hindus, chineses, hebreus, muçulmanos, maias, astecas, incas, iorubás etc. Nos tempos contemporâneos, a “nova história” era reescrita pelos historiadores soviéticos, sempre que isso era de interesse do Partido Comunista e, nos dias atuais, são os contos da carochinha que se passaram ao mundo como histórias vividas: a grande ameaça das armas de destruição em massa estocadas por Bagdá e de que a pobreza de Cuba é culpa do embargo norte-americano. Em ambos os casos há aspectos obscuros não revelados ao público, não há ordenação cronológica dos fatos que teriam acontecido; os mitos da “ameaça” e do “comandante” se sobrepõem à verdade. Assim também foi com Hitler e Stálin. Mas vamos falar de coisas mais perto de nós. Ao lermos a maioria das histórias sobre a participação de Natal na Segunda Guerra Mundial, ficamos sabendo que esta ponta do Brasil foi o “trampolim da vitória” e que da

expressão inglesa “for all”, aplicada às festas promovidas pelos soldados norte-americanos e que eram abertas para todos, teria derivado a nossa palavra forró. Parece até que a guerra foi uma imensa festa. Dos corpos dos soldados aliados, mortos nas batalhas do norte da África, que para aqui eram trazidos, em sua última trajetória em busca dos jazigos de suas famílias, nada. Do campo de concentração de Jundiáí, nem umas poucas linhas. O máximo que se comenta além da “festa”, quando se comenta, é sobre a presença da quinta-coluna nazista. Nesses casos, a história é mais uma peça literária que um estudo da ciência. Ressalte-se que estou falando apenas de alguns relatos da história de Natal na guerra, não estou generalizando.

O aperfeiçoamento do se escrever a história ocorre com introdução da investigação sistemática dos fatos e atos que constroem a história, empregando-se a análise dos acontecimentos, em busca de respostas que os explique. Heródoto foi o precursor no uso dessa metodologia. Examinando os elementos concretos dos tempos coloniais pode-se explicar, por exemplo, a diferença dos resultados da colonização dos Estados Unidos em contraponto com o Brasil e a Jamaica. O Brasil, colonizado por Portugal, ainda hoje é um país pobre. Estados Unidos e Jamaica foram colonizados pelos ingleses; o primeiro, o país mais rico e poderoso do mundo; o segundo, um dos mais pobres. A evidência histórica mostra a origem dessa desigualdade. Enquanto para o norte os colonos foram de maneira definitiva, para formar uma outra vida e um outro país, às vezes até fugindo da Europa, para a Jamaica e para o Brasil os colonos vieram de forma provisória, pois queriam somente enriquecer e, tão logo pudessem, voltar para a pátria mãe, levando toda a riqueza aqui acumulada. Isto é, enquanto o colono nas dependências de habitação construía ele mesmo vínculos com a nova terra, tendo-a como sua, aqui e na colônia da América Central, isso não acontecia; a permanência do colono nas terras de exploração era um castigo e não um prêmio.

O perigo desse novo método de se fazer história é o mau uso que dela fazem e as falsas investigações. Duas personagens da história do Brasil têm sido vítimas de uma sistemática campanha desses “historiadores”: Tiradentes e D. João VI. Joaquim José da Silva Xavier, se não o maior, mas o mais importante líder da inconfidência mineira contra a dominação colonial portuguesa, tem sido atacado de todas as formas. Já disseram que era uma figura menor, sem importância, que somente entrou no movimento pela independência da então colônia pela porta dos fundos. Contestaram sua liderança, apresentaram-no como um ignorante, um simplista de raciocínio lento, uma “zé vai com os outros”. Sempre o vimos representado com uma vasta barba, do tempo do seu cativeiro. Pois bem, tiraram-lhe os pêlos faciais a pretexto de que não lhe eram usuais, esquecendo-se de que a culminância do Alferes foi a sua situação de preso político e mártir da

independência, situação em que não lhe era permitido barbeiar-se. Já D. João VI, se não uma figura heróica no sentido de guerreiro (pois veio para cá fugindo das tropas de Napoleão), teve uma atuação por demais importante para nossa formação como país: decretou a abertura dos portos (atendendo a uma reivindicação dos comerciantes baianos, mas se diz que foi por pressão dos ingleses), transformou a colônia em reino, fundou a Biblioteca Nacional e o primeiro Banco do Brasil, deu ares cosmopolitas à atrasada cidade do Rio de Janeiro, entre outros atos. Mesmo com esse cabedal de realizações, D. João VI somente é apresentado como uma figura caricata de comedor de frango assado. É claro que estas são distorções meramente ideológicas. Mas não são as únicas. A maior delas é uma bandeira cara às esquerdas nacionais; o tema da reforma agrária, aqui apresentada como uma reivindicação socialista. Na verdade ela foi uma plataforma da Revolução Francesa e implantada na França, Inglaterra e Estados Unidos e outros países capitalistas. Em contrapartida, a partir de 1924, na União Soviética de Stalin, milhões de camponeses foram mortos no processo de estatização e coletivização das terras que lhes tinham sido dadas, logo após a revolução, em 1918.

O outro tipo de história é aquela que reconhece a íntima ligação entre a história e a política. Claro que desde a *polis* ateniense, principalmente com Sócrates, Platão e Aristóteles, eles mesmos resultados da urbanização da cidade-Estado, que a história tomou uma formatação que a transformou ao mesmo tempo em objeto e relato da política. A essa concepção se juntou a noção marxista segundo a qual “os homens fazem a sua história”, porém sem que possam escolher os rumos dos acontecimentos. A história seria ela própria um “produto histórico”, sem liberdade de direção, mas usando os acontecimentos em proveito dos seus interesses. É a famosa práxis marxista da história, que estuda o conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material de produção da riqueza do homem. Agora temos quase que um entrave metodológico. A política usando os fatos, e a sociedade usando a política, numa extravagante interação.

No primeiro caso encontraríamos um exemplo na historiografia do reino africano de Ioruba. A sua religião tradicional tinha como deus supremo Olodumaré (também conhecido como Olodum) e sua cidade santa era Ifé. Assediados por islamitas e cristãos, alguns deles se convertera a essas religiões e, dependendo da tendência religiosa da camada dominante, houve um sincretismo multidirecional. Para os iorubas que continuaram com sua religiosidade tradicional, sua cidade santa teria sido fundada por Oduwa (ou Odudua), um dos filhos de Olodumaré, o seu deus maior; para os iorubas sincretistas do islã, por um filho de Lamurudu (Namura ou Kamurudu), um dos antigos reis de Meca; para os cristianizados, por Nimrod, o conquistador caldeu que era primo de Abraão, neto de Caim e filho de Cuque, o fundador da Babilônia e responsável pela construção da torre de Babel.

Quanto à interpretação marxista da história, cada corrente do marxismo tem a sua própria compreensão do que seja essa coisa, a sua própria práxis. A interpretação da história da América colonial é um exemplo típico. Encontramos mais discursos políticos, filosóficos, partidários, ideológicos ou dogmáticos do que propriamente exames científicos de uma realidade histórica. Há os que defendiam (inclusive os dirigentes de Moscou dos anos cinquenta e sessenta) e ainda defendem, um etapismo ou gradualismo para o desenvolvimento das formações econômicas e sociais (embora contrariem ao próprio Marx), por isso talvez pouco se inclinaram a relacionar o que aqui aconteceu com uma formação escravista, muito embora a escravidão fosse uma verdade, mais do que isso, uma verdade crucial. Em contrapartida, houve muitos que procuraram evidenciar um feudalismo americano e até aqueles que encontraram aqui, na época colonial, um modo de produção capitalista, mesmo antes do capitalismo existir na Europa. O interessante é que todos eles dizem que têm suas teses baseadas na concepção marxista do materialismo histórico, na contradição dos elementos da realidade social (tese e antítese) como meio para alcançar formas de síntese da realidade estudada.

Outra característica da historiografia é que “não é o historiador que escolhe o assunto, é o assunto que escolhe o historiador; isto é, a história só é escrita porque aconteceram coisas memoráveis que pedem um cronista entre os contemporâneos do povo que as viu” ou que com elas tiveram contatos, por mais tímidos que fossem, mesmo que anos após terem acontecido. O exemplo não poderia estar mais perto. Por que é que eu pesquiso, analiso, examino e escrevo sobre a escravidão? A resposta é direta: porque eu busco a liberdade. Eu fui uma das pessoas presas naquele Campo de Concentração de Jundiáí, do qual já falei. Preso (e só com um ano de idade) por quê? Ninguém até agora soube dizer a causa. Presos fomos meu pai, minha mãe e eu. Meu pai croata, minha mãe brasileira e eu com um ano de idade. Pelo fato de meu pai ser croata, na época iugoslavo? Este não seria um motivo, pois em 1940 o Brasil ainda não tinha entrado na guerra. Quando entrou, em 1942, foi ao lado dos aliados e a Iugoslávia era uma das vítimas da aliança nazi-fascista. Só há uma explicação kafkiana: a responsável seria a burocracia. Por outro lado, eu vim do “país de Mossoró”, a terra onde a data da abolição da escravidão é o dia oficial do Município, onde todos falam e contam o “30 de setembro de 1883”, onde a libertação dos escravos é recordada com festa cívica. E era lendo no estandarte, verde com letras douradas da Libertadora Mossoroense, que eu exercitava o uso de minha voz. Como historiador ou jornalista, só me restava um caminho, o grito pela liberdade, pela denúncia da escravidão, onde ela tenha existido; a denúncia do autoritarismo, mesmo que em pleno regime militar, fato que gerou alguns “convites” para que eu me apresentasse ao IV Exército, em Recife, pelo menos umas três vezes, aonde sempre fui acompanhado pelos amigos Dix-huit Rosado, Raimundo Soares e Vingt Rosado.

Mas há historiadores que não necessariamente foram “eleitos” pelos assuntos que descrevem. E por que isso acontece? A resposta está na responsabilidade científica do historiador, no desejo de se chegar às causas primárias, aquelas que devem origem aos atos, fatos e personagens da história. Pois atualmente a história deve ter um caráter não dogmático, apolítico, não místico e muito menos não mítico. A história não é mais literatura (embora uma escrita de leitura fácil sempre seja aconselhável), ela é ciência e como tal deve ser “reconstruída” pelos historiadores. Os conhecimentos sobre a história devem ser evidenciados de forma metódica, com o uso de processos específicos para cada situação, entendendo-se como métodos científicos o conjunto de procedimentos utilizados na busca da verdade. Entretanto não se pode escrever a verdade histórica sem o emprego de um importante componente: a dúvida sistemática, que é uma forma de se testar as afirmações da própria ciência, submetendo-a a uma análise crítico-constructiva. A edificação da história como ciência requer o uso de um método construtivo e reconstrutivo, de uma cadeia de processos que se alteram e se entrelaçam, com avanços e recuos constantes, até que se encontre a verdade dos fatos pesquisados.

#### REFERÊNCIAS

CHAUNU, Pierre. **A história como ciência social**. Tradução Fernando Ferro. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FINLEY, Moses I. **Uso e abuso da história**. Tradução Marylene Pinto Michel. São Paulo: Martins Fonte, 1989.

FONTANA, Josep. **História depois do fim da história**. Tradução Antonio Penalves Rocha. Bauru: Edusc, 1998.

IGLÉSIAS, Francisco. **História e ideologia**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ROBINSON, Joan V. **Filosofia econômica**. Tradução Sergio Polipan. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VERÓN, Eliseo. **Ideologia, estrutura e comunicação**. Tradução Amélia Cohn. São Paulo: Cuktrix, 1977.

## **Abstract**

*The way a historian describes history is also considered a historical form because all models, theories, principles, laws and methodological formulations have a strong idealistic component. This visionary change results from historians' own way thinking, since they reason according to their respective academical formations, personal histories, way of formulating a thought, reasoning, logics etc., having, all of them, a strong presence of idealistic shades. Yet, the 'state of art', the history and the time it was written is to be considered.*

**Key words:** *History; historians; history's science methodology.*

